

PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES PARA O ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO PÓS-PANDÊMICO: AS CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS DA TEORIA DO DECRESCIMENTO E DA MIRADA AO REVÉS

PERSPECTIVES AND POSSIBILITIES FOR THE STUDY OF PUBLIC POLICIES IN THE POST-PANDEMIC SCENARIO: THE CRITICAL CONTRIBUTIONS OF THE THEORY OF GROWTH AND MIRADA AO REVÉS

DOI: <http://dx.doi.org/10.16891/2317-434X.v8.e3.a2020.pp667-674> Recebido em: 31.07.2020 | Aceito em: 14.10.2020

**Luciano Nunes Silva^{*a}, Rosana Freitas Boullosa^a,
Luiz Fernando Macedo Bessa^a, Pedro Pessoa Mendes^a**

Universidade de Brasília^a

***E-mail: prof.lucianori@gmail.com**

RESUMO

A crise da pandemia acelerou ainda mais a necessidade pela busca de novas racionalidades e ancoragens epistêmicas no estudo das políticas públicas, para além do que podemos chamar de abordagens de tradição racional-empiricista. Ao mesmo tempo, a crise pandêmica antecipou o futuro caótico que estamos imbricados, acelerou e ampliou nossas crises, notadamente, nossas desigualdades, a pobreza, a violência, nosso elitismo extremamente excludente, o que nos motivou a tentar demonstrar caminhos possíveis para a sociedade pós-pandemia, erigida em novos argumentos, discursividade, de ação e de quadros de valor. O objetivo deste artigo é trazer à baila duas vertentes que podem contribuir ao debate de alternativas na percepção de construção de cenários. Sob a perspectiva do campo de estudos críticos em políticas públicas, a Mirada ao Revés, e no âmbito das teorias sobre o desenvolvimento, a Teoria do Decrescimento. Assim, propomos uma reflexão crítica quanto às perspectivas e possibilidades para o cenário pós-pandemia, tendo por base pesquisa bibliográfica e documental. Para isso, pautamos o debate sobre as mudanças, com vistas na percepção da racionalidade dos atores envolvidos em repensar o processo de formulação das políticas.

Palavras-chave: Pós-pandemia; Estudos críticos; Teoria do decrescimento.

ABSTRACT

The pandemic crisis demanded a new rationality in the formulation of public policies. This pandemic crisis anticipated the chaotic future that we are interwoven with, accelerated and amplified our crises, notably, our inequalities, poverty, violence, our extremely exclusive elitism, which motivated us to try to demonstrate possible paths for the post-pandemic society, which be built on new arguments, discourse, action and value frameworks. The objective of this article is to understand, from the perspective of the field of critical studies in public policies, from the perspective of Mirada ao Revés, as well as the theory of decrease contribute to the understanding of research on the topic in post-pandemic society. In this way, we propose critical reflection, regarding the perspectives and possibilities for the post-pandemic scenario, based on bibliographic and documentary research, including consultation of books, articles relevant to the theme. For that, we guided the debate on the changes, with a view to the perception of the rationality of the actors involved in rethinking the process of formulating policies, removing neutrality at the moment of its formulation and that brings the valuable discussion of redesigning the notion of progress.

Keyword: Post-pandemic, Critical studies, Degrowth theory.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 explicitou ainda mais os já grandes desafios e entraves de uma sociedade global que vinha caminhando a largos passos em direção a uma cultura de consumo, egoísta, desigual e essencialmente injusta, expondo, de modo geral, as fragilidades dos Estados no que concerne a capacidade pública de respostas assertivas às emergências sociais que se avolumaram ainda mais nos últimos meses. Não obstante a variação entre as respostas públicas, com alguns estados nacionais se destacando pela alta pertinência, ficou evidente a forte desarticulação entre os esforços de projeção de políticas públicas que se esperava que fossem realizados nos níveis de ação local, regional, nacional e global, mas também a nossa dificuldade em discutir a falência dos modelos de desenvolvimento vigentes.

Não obstante a intensificação da produção de conhecimento nestes últimos meses com o envolvimento de muitos centros, universidades e grupos de pesquisa, ainda não temos a real dimensão das consequências desta pandemia. Porém, começamos a perceber que, muito provavelmente, o retorno rápido ao estado anterior à pandemia será impossível ou impraticável, seja pelas novas condições agravadas de problemas públicos, tais como pobreza, desemprego, informalidade no trabalho, padrões excludentes de consumo, mas também pela compreensão de que os limites do que comumente chamava-se de progresso ou desenvolvimento parece ter realmente se esgotado. Por mais que já houvesse inúmeras teorias alertando a necessidade de se repensar a lógica de crescimento pelo crescimento, não alicerçada numa pauta de desenvolvimento, foi necessária uma pandemia destas proporções, com quase um milhão de perdas de vidas humanas, para tornar visível o que para muitos era conveniente que permanecesse invisível.

As guerras, as revoluções e as epidemias são acontecimentos que aceleram sobremaneira processos que já estavam em curso, exemplo disso, foi o que relatou o professor universitário israelense Yuval Harari (2020). Na universidade onde leciona, a Universidade Hebraica de Jerusalém, a implantação do ensino a distância estava na pauta do debate já há alguns anos e, bastou a decretação da pandemia e a necessidade da quarentena para que, em uma semana, esse tipo de ensino fosse implantado¹, ou seja, determinadas situações geram necessidades iminentes de serem enfrentadas e, muitas das vezes, ressignificadas. A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposta pelo capitalismo em que vivemos cai por terra. Como foram expulsas do

sistema político, as alternativas irão entrar cada vez mais frequentemente na vida dos cidadãos pela porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros. Ou seja, as alternativas voltarão da pior maneira possível (SOUSA SANTOS, 2020).

Assim, conforme já salientou Sousa Santos (2020) em sua última publicação: “*A pedagogia do vírus*”, salientamos e corroboramos que a pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, em que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir, de conviver nestes primeiros anos do século XXI e de, essencialmente, enxergar, de maneira crítica, o papel das políticas públicas. Deste modo, e diante destes desafios, a pandemia nos mostrou os limites dos estudos mais tradicionais e expõe ainda mais a necessidade de rever o estudo de políticas públicas, demonstrando os limites de estudos anteriores e promovendo o debate e a expansão crítica, pois há contribuições a serem revistas.

Dentro deste contexto, o presente artigo tem por escopo trazer à baila a soma de duas vertentes que podem gerar uma contribuição relevante ao debate de alternativas na percepção de construção de cenários. Trata-se das contribuições dos estudos críticos, na perspectiva da *Mirada ao Revés*, como alternativa crítica para se repensar a formulação de políticas públicas, e da Teoria do Decrescimento, como proposta ao desenvolvimento, visto que tanto o desenvolvimento quanto as políticas públicas, pautarão o debate futuro da vida em sociedade.

A escolha destas duas teorias se justifica, pois entendemos que as duas possuem uma relação de meio e fim. A Teoria do Decrescimento discute a ideia de futuro, de um futuro mais democrático, repensando a noção de progresso e sustentabilidade, ao mesmo tempo a *Mirada ao Revés*, mostra o meio, ou seja, como fazer e quais os valores, sempre com olhar reflexivo da realidade.

Dessa forma, com base em pesquisa documental e consulta a livros e artigos sobre estudos críticos e teorias do desenvolvimento, iniciamos uma reflexão crítica acerca das contribuições da *Mirada ao Revés* e da Teoria do Decrescimento, reflexivamente apoiado pela racionalidade na construção do debate sobre as políticas públicas, e desenvolvendo uma reflexão sobre a racionalidade no consumo pandêmico, ou pós-pandêmico, como principal fator de desconstrução da sociedade industrial e, portanto, de todas as formas de se fazer política pelo público.

Entendemos que o que unifica essas vertentes é

¹Abstemos de emitir juízo de valor, se foi positivo ou não a implantação do ensino a distância, utilizamos o caso somente

para exemplificar que a pandemia acelerou um processo em curso.

uma "nova racionalidade" na reflexão, pelo público, de novas políticas. E essa nova racionalidade traz, mesmo que parcialmente, uma valorização dos aspectos de sustentabilidade do coletivo, de novas formas de solidariedade e novas definições de bens públicos. Isto pode ser observado diretamente nas políticas imediatas assumidas pelos coletivos que alteram a premissa pré-pandemia de corrida pelo consumo para uma provocação do consumo "essencial".

BUSCANDO A PLURALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONTRIBUIÇÃO DA MIRADA AO REVÉS

A presente seção é fruto da busca por uma epistemologia democrática dentro dos estudos de políticas públicas, pois enquanto campo de estudo, deve ser construído e alicerçado em valores democráticos. O estudo das políticas públicas sempre esteve associado à ciência política, porém os primeiros esforços para a dissociação e reconhecimento das políticas públicas como campo específico remontam aos anos 1950, nos Estados Unidos, a partir das contribuições do cientista político Harold Lasswell, autor da *policy orientation* (1951). A partir de então, o estudo das políticas públicas ganharam adesão e contribuição de inúmeros autores de diferentes matrizes interpretativas e de diferentes fenômenos estudados. Inicialmente o campo de estudos de políticas públicas foi entendido como o estudo das ações e decisões propostas e implementadas por entes estatais para tratar de um problema, numa visão funcionalista e racional, priorizando os aspectos procedimentais e não levando em conta a diversidade de sujeitos e atores atuantes no enfrentamento das questões que atingem determinados territórios ou grupos sociais.

Já as novas abordagens em políticas públicas, essencialmente amparadas nos estudos críticos, percebem a conformação de arenas públicas compostas por uma multiatorialidade reconhecendo não mais a centralidade dos estudos nas ações do Estado, ou seja, de uma visão estadocêntrica, mas partindo de uma visão sociocêntrica, que insere uma pluralidade de novos atores sociais. Inseridos no pós-positivismo, os estudos críticos em políticas públicas, desde a década de 70 do século passado, têm se destacado e ganhado notoriedade e importância na literatura especializada, por reconhecer um contexto global cada vez mais plural, repleto de incertezas, como

alternativa possível ao *mainstream*, com críticas ao excesso de racionalidade instrumental que caracterizou a versão inicial da *policy orientation* já mencionada. Dentre os estudos críticos em políticas públicas destacamos alguns autores: Weiss (1972), que traz a importância dos valores e dos significados envolvidos em processos de políticas públicas; Fischer (1980), que associa definitivamente as dimensões da política, dos valores e das políticas públicas; Jennings (1983), que introduz o termo interpretativismo no estudo das políticas públicas e defende a ênfase interpretativista em detrimento do domínio positivista; Stone (1988) e Majone (1991), que assumem o argumento como unidade fundamental de análise, e Boullosa (2014), referência dos estudos críticos de políticas públicas no Brasil, que traz a perspectiva da Mirada ao Revés, uma abordagem brasileira em estudos críticos em políticas públicas, contribuindo, especialmente, com o conceito de multiatorialidade (BOULLOSA, 2019). A abordagem da Mirada ao Revés caracteriza-se por compreender as políticas públicas como fluxos de instrumentos, práticas e argumentos ativados por uma multiatorialidade² interessada tanto na definição de problemas públicos, e de suas alternativas de solução, quanto na preservação de bens públicos.

É exatamente neste contexto pandêmico que os postulados dos estudos críticos em políticas públicas, somados à concepção de multiatorialidade, ganham notoriedade e merecem ser reverberados, pois mostram-nos que é necessário oportunizar novos e múltiplos caminhos de análise, que se afastam da racionalidade instrumental, meramente objetiva e essencialmente quantitativa. Seguindo as palavras de Boullosa (2019), este novo *label*³ pode oferecer, também no Brasil, "abrigo" teórico àqueles analistas de políticas públicas desconfortáveis com as abordagens do *mainstream*⁴. Estas, claramente insuficientes, não dão conta, por exemplo, nem de explicar problemas públicos cada vez mais complexos, como as crescentes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira, nem de propor modelos alternativos de desenvolvimento, que incluam as crescentes demandas de participação e de transversalidade.

Foi necessário algo que era invisível tornar-se visível. As infindáveis filas de brasileiros nas portas dos bancos, para buscar o auxílio emergencial do governo frente à pandemia escancarou o déficit das políticas públicas assistenciais no Brasil, constatando-se que

²Multiatorialidade entendida de forma não hierarquizada, uma pluralidade indefinida de atores político sociais (que podem se estender a qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos inseridos em um meio) e, além disso, porque considera, no curso dos processos de políticas públicas, a ativação de uma multiatorialidade – imprecisa, imprevisível, não orquestrada; sempre situada no tempo e no espaço e que, reflexivamente,

constrói o fluxo de políticas públicas e a si mesma. PERES (2020).

³Referindo-se aos estudos críticos.

⁴Entendido com os postulados convencionais dos primeiros autores do estudo de políticas públicas, que denotavam centralidade ao papel do Estado, ou seja, políticas públicas é aquilo que o Estado faz.

milhões de brasileiros nem reconhecidos eram por não terem um documento básico que é o CPF (Cadastro de Pessoa Física). Nesta mesma seara, em relação ao emprego, outra situação que merece destaque é o fato de que, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), aproximadamente 40% dos brasileiros recebem suas rendas do trabalho informal, boa parte deles garantindo sua sobrevivência no que ganham hoje para se alimentarem amanhã, muitos dos quais salvaguardados pela falácia do discurso do empreendedorismo⁵. Se continuarmos excluindo parcela tão grande da população, podemos colocar em risco a existência e estabilidade do próprio sistema capitalista de produção brasileiro.

Enfim, é necessário abarcar, a partir das experiências vividas com a pandemia, quais outros atores e materiais necessitam estar inseridos por estes fluxos de formulação de políticas públicas, fazendo com que neles caibam, dentro das fronteiras do campo de estudos, por mais reflexividade e menos racionalismos instrumentais, por uma visão mais sociocêntrica⁶ e menos estadocêntrica⁷ e nas palavras de Peres (2020), de uma perspectiva centrada no debate sobre os melhores *fins* para uma política preocupada em imaginar outros *meios*.

Dessa forma, ao focarmos o público da Mirada ao Revés, ou seja, aquele conjunto de atores que se sente mobilizado pelas consequências de uma situação problemática e que se envolvem para elucidá-la e resolvê-la, observamos uma clara alteração da racionalidade do discurso público durante o período pandêmico que tende a alterar de forma significativa a forma como vemos, estudamos, formulamos e fazemos *política*. A problematização de uma situação provoca perguntas, chamando a atenção para a análise, discussão e investigação das experiências e como o público envolvido identifica, caracteriza e tenta resolver as consequências que são importantes para a organização dos valores coletivos. A crise externou uma racionalidade para além das visões técnicas que insistiam em afirmar que os agentes públicos definiam, ou deveriam definir suas escolhas a partir de análise de dados por técnicos capazes de encontrar soluções técnicas para os problemas de ordem coletiva (LASSWELL, 1951).

Nos primeiros dias das ações de enfrentamento da pandemiano país, surgem políticas baseadas em outros marcos - porque construídas sobre uma outra racionalidade - das existentes até então: necessidade de ações coletivas, estímulo a solidariedade, construção de padrões mínimos de cidadania na narrativa de combate à

fome, defesa ampla à maior experiência de oferta de serviços públicos etc. Esta razão pode ser observada inclusive nas políticas federais, impondo-se em alguns casos às opções presentes no governo federal de viés autoritário.

Importante ressaltar que o objetivo aqui não é debater se a racionalidade na sociedade sofreu uma alteração, se os agentes públicos tiveram por si, alteração da forma que enxergam essas políticas, mas como o debate público apresentou uma forma de construção de suas narrativas e valores em uma razão distinta das formas anteriores. A questão aqui está relacionada a esta forma como observamos e, conseqüentemente pesquisamos ou compreendemos sua influência no *público*. A racionalidade que emerge demonstra o descolamento dos técnicos do Estado dos valores existentes, na sociedade brasileira, e se mostrou imediatamente insuficiente para responder um problema público eminente. Se, por um lado, as narrativas reforçavam a necessidade de uso da ciência para enfrentamento das questões sanitárias, ao tratar das políticas socioeconômicas preferiu-se utilizar dados e informações sanitárias e sociais em detrimento dos dados, frequentemente usados, sobre finanças públicas e políticas monetárias. Um exemplo disso foi o debate sobre o valor do auxílio emergencial, com a proposta do governo (com sua narrativa “técnica” e modelos formais de decisão) sendo amplamente ignorada nas arenas e debates públicos sobre o enfrentamento da crise gerada pela pandemia.

Dryzek (1989) define a racionalidade como a forma de resolver os problemas coletivos a partir da política. Racionalidade, no campo das análises dos problemas públicos, se torna, portanto, uma forma de equacionar os desafios e soluções coletivas, e não a construção de uma visão técnica e instrumental capaz de responder aos diversos fatores presentes no setor de atuação (DRYZEK, 1989). A racionalidade, ao ser inserida em contexto democrático, deve ser resultado de uma visão participativa, baseada no debate e raciocínio relacionados aos interesses públicos, contrapondo a visão individualista propagada pelo liberalismo.

Para mostrar a importância dessa contribuição, um tema muito recorrente durante os primeiros meses de pandemia foi a definição do que é essencial. A arena pública investiu parte significativa de seu espaço para discutir quais eram as atividades consideradas essenciais ao coletivo, que tem como ponto de partida alterações na ordem de prioridades - a percepção da importância da

⁵Falácia no sentido de questionar a sobrevalorização do termo empreendedorismo colocando-o como resposta à crise de emprego e o colocar como proposta de resposta individualista para problemas coletivos, o debate é muito mais amplo. A narrativa favorável ao empreendedorismo faz com que as “vítimas” do desemprego passem a ser “culpadas” pela sua

própria situação. Não é nosso interesse desqualificar o termo, pois o termo encontra relevância, mas de analisá-lo de forma crítica.

⁶Que entende que política pública é, também, ‘tudo aquilo que nós fazemos’

⁷Que entende política pública como ‘aquilo que o Estado faz’

saúde pública é o exemplo mais objetivo. Por isso a necessidade de revisitarmos a Teoria do Decrescimento.

Naturalmente, essa nova razão que se impunha (mesmo com diversas contradições típicas desses processos sociais) gerou reações por grupos de interesse que tinham benefícios e que buscaram impor um desgaste às próprias instituições e sistemas políticos. Aqui, cabe observar como a razão técnica e “baseada em dados” é abandonada, apostando também numa racionalidade coletiva, porém com recorte de classes e campos sociais nesta identidade coletiva.

Deste modo, após analisarmos brevemente as contribuições dos estudos críticos sob a perspectiva da Mirada ao Revés, passaremos a comentar as contribuições da Teoria do Decrescimento, com o objetivo de revisar e ressignificar o decréscimo da utopia para a realidade num contexto pós-pandêmico como caminho possível a ser perseguido e viável de desenvolvimento.

TEORIA DO DECRESCIMENTO: RESSIGNIFICANDO O DESENVOLVIMENTO

A sociedade hodierna tem idealizado a continuidade do crescimento econômico como promotor do desenvolvimento, do consumo e da acumulação de bens, exigindo-nos como possibilidade a análise da teoria do decrescimento econômico como alternativa para um processo econômico que evite a degradação dos recursos naturais planetários (Armada, 2017), privilegiando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento humano. Vários foram os teóricos que alertaram e trouxeram à baila a discussão do decrescimento como uma possibilidade concreta para uma mudança civilizacional, em resposta à crescente crise social, política, econômica e ecológica. O Clube de Roma de 1972, trouxe a discussão sobre os limites do crescimento, apontando que o crescimento tem limites, limites ecológicos que não são matemáticos. O Relatório Brundland (1987) trouxe a noção de desenvolvimento sustentável, e autores como Jean-Claude Besson-Girard (*Decrescendo Cantabile: Petit Manuel pour une décroissance harmonique*, 2005), Paul Aries (*Décroissance ou barbarie*, 2005) e Serge Latouche (*Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, 2009), têm defendido o decrescimento sereno como alternativa “ao” desenvolvimento, e não alternativa “do” ou “para” o desenvolvimento.”

A pandemia da Covid-19 contrastou repentinamente a máxima construída há anos de que é impossível desacelerar, repensar os rumos, ou até parar a corrida desenfreada que foi lançada. Esta convicção revelou-se falaciosa repentinamente (GIANELLA, 2020).

A crise da saúde global paralisou importantes partes do sistema capitalista global, quando vimos o consumo de bens não essenciais serem reduzidos drasticamente, fábricas e indústrias fechadas, escolas, universidades paralisadas, voos cancelados. A tão sonhada redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa foi em parte alcançada em diversas partes do globo. Tudo isso deixa claro que novos olhares e novas lógicas podem ser pensadas e repensadas, exigindo discutir e repensar o pensamento *mainstream*.

Esta seção retoma e tenta contextualizar os postulados da teoria do decrescimento, desenvolvida por Serge Latouche (2009), uma vez que a pandemia impacta de forma significativa um dos principais pilares de sua contribuição: o modelo de consumo das sociedades contemporâneas, que é o objeto de análise de Latouche (2009). Inicialmente, precisamos deixar claro que decrescimento não é sinônimo de recessão ou de crescimento negativo, mas uma proposta concreta de como entrar num “círculo virtuoso” de decrescimento sereno, representado por oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar. (p.42)

Assim, para compreender o decrescimento, *mister* se faz ter a compreensão que suas raízes possuem duas fontes distintas: inicialmente a crítica ao desenvolvimento, ao crescimento tecnológico, ao consumismo e a falácia de que desenvolvimento e crescimento são a mesma coisa. Já a segunda, é a percepção dos limites físicos do desenvolvimento, levando em consideração que parte dos recursos naturais não são renováveis, ou seja, são finitos. E como Latouche (2009) já preconizou, o desenvolvimento é a transformação qualitativa de um processo quantitativo que é o crescimento.

A questão que se impõe é que a sociedade de crescimento gera exponencialmente o aumento das desigualdades e das injustiças. Gera um bem-estar não factível e não promove uma sociedade de plena convivência.

Nas palavras de Latouche (2016):

*os conceitos de desenvolvimento e crescimento são intraduzíveis, pois essa construção semântica se baseia em toda uma história, em toda uma cultura, na ideologia do progresso, na concepção da transformação da matéria através do trabalho e etc., elementos que são próprios da cultura ocidental e que não existe em outros países.*⁸

⁸Palestra ministrada no Ciclo de Conferências: "Cooperación Internacional y Desarrollo: Reflexiones Críticas". Título: "El Decrecimiento como solución al fracasodeldesarrollo". Serge

Latouche (Profesor emérito de Economía de la Universidad Paris Sud). Organizada por CICODE y Universidad de Granada.

Assim, a concepção de desenvolvimento baseado no crescimento, é mera criação dos economistas, que estabeleceram essa relação, sem responder algumas importantes questões: Crescimento de quê? Até onde? Quando se para? Crescimento até que ponto? Há que parar em algum momento ou nunca se deterá? Deste modo, o crescimento é uma espécie de rolo compressor que transforma toda a vida em um sistema mercantil onde tudo se compra e se vende no mercado e que implica a destruição do todo.

O que Latouche faz com a ideia de decrescimento é, na realidade, uma retórica relativista para falar da necessidade de se “sair” da Economia Política, porque, obviamente, não existe sociedade sem economia tampouco sociedade sem produção de suas bases para superar suas necessidades (CLASTRES, 2003). Todavia, sair da economia política significa não submeter a política à economia. Mas, necessariamente o contrário. Ao sair ao menos da ideia da Economia Política, a sociedade, segundo Latouche, abriria espaço para um outro sentido da vida comunitária. Seria, assim, possível o que ele definiu como uma “sociedade do decrescimento”, “sociedade convivial” ou mesmo outras nomenclaturas dadas por autores com os quais Latouche compartilha sua visão (PANOSSO e BESSA, 2020).

Corroboramos a ideia de que o modelo de desenvolvimento à maneira ocidental, essencialmente do norte, tem sido muito criticado e, por sorte, invalidado como possibilidade de busca da melhoria da qualidade de vida das sociedades. A mundialização criou um modelo civilizacional pautado na homogeneização, que não levou em consideração o processo histórico, cultural, social, econômico, dos países do sul e que hoje se encontra em crise. Assim, o crescimento e o desenvolvimento, todavia, hodiernamente acabam se tornando uma máquina gigantesca, uma máquina utilizada para concentrar a riqueza de um lado e aumentar a pobreza de outro, por conseguinte, concentrando a riqueza do norte frente ao sul e aumentando as desigualdades e levando a uma situação de miséria insuportável e apontando que sociedade do desenvolvimento, do crescimento, não é nem sustentável nem desejável.

Inúmeros têm sido os pensadores e críticos, dentre eles, Nascimento (2020), inferindo que haveremos de ter uma sociedade pós-pandemia, com mais solidariedade, controle do capital financeiro, preocupada com os sistemas de saúde, comprometida na persecução de reduzir a desigualdade e eliminar a fome (...) E aqui não é nossa intenção fazer trabalho de futurologia que seja negativo ou positivo, mas de contribuir na busca de construção de novas racionalidades que podem ressignificar nosso pacto enquanto sociedade.

A grande questão que se impõe é: *Em que medida o decrescimento econômico é outra via para sair do beco*

sem saída do desenvolvimento? Neste sentido este é o exato escopo de repensar novas formas de desenvolvimento, amparado por novas racionalidades, que o primeiro passo parte da necessidade de rompimento da lógica do crescimento contínuo que perpassa o olhar meramente para o econômico sem se preocupar com o social e o ambiental, guiado por um círculo virtuoso de decrescimento sereno, conforme já apontamos pelas oito mudanças interdependentes: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar. E como resposta, que possamos formular ações com envolvimento dos diversos atores, que contemplem políticas no médio prazo para um mundo pós-COVID-19, que possam promover a geração de empregos e renda e redução das desigualdades, exigindo-nos mudanças na estrutura de produção, com maior igualdade e sustentabilidade; promovendo um Estado de bem-estar que inclua a universalização do acesso aos direitos, a uma renda universal e a um sistema de cuidado.

Nas palavras de Dewey (1998), somente pela experimentação sensível de algo novo seremos capazes de mudar de lugar, de encontrar novos equilíbrios e de perseguir formas de desenvolvimento mais democráticas, pautadas em participação inclusiva e irrestrita, arranjos que não assumam a democracia e a igualdade como fins, mas como processos de experiência, como lugares-comuns de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de inúmeros caminhos e reflexões para a sociedade pós-pandêmica, o presente artigo apenas deteve-se a encontrar a soma de duas vertentes que geram uma contribuição realmente relevante ao debate, que visa a unificação dos temas a uma "nova racionalidade" na reflexão, pelo público, de novas políticas. E essa nova racionalidade traz, mesmo que parcialmente, uma valorização dos aspectos de sustentabilidade do coletivo, novas formas de solidariedade, nova discursividade e revisão de novos quadros de valores. Isso pode ser observado diretamente nas políticas imediatas assumidas pelos coletivos que alteram a premissa pré-pandemia de corrida pelo consumo para uma provocação do consumo "essencial".

Dessa forma, não se pode afirmar qual quadro valorativo se definirá no país. A gestão social, no entanto, pode ter uma importante tarefa de compreender as experiências e práticas adotadas durante esse período, atualizando seus métodos de pesquisa e processos de construção política. Salientamos que as reflexões trazidas neste artigo pela urgência da pandemia, refletem o fato que não queremos voltar à realidade excludente de outrora.

Dentre as questões levantadas, cabe ressaltar a importância de compreendermos a necessidade não apenas

de reforçar a ciência, como tem sido feito, e seu papel dentro de uma sociedade - mas reforçar também outras formas, visões e práticas na produção científica e avaliação de experiências. Se já estava evidente e preconizado pelos estudos críticos, que a percepção das políticas públicas como “algo que o governo escolhe ou não fazer”, não responde aos desafios da análise das políticas, a pandemia ressaltou essa incompreensão.

Assim, cabe destaque os papéis dos distintos atores nesse cenário e a tendência para um futuro com novas formas de pensar, novas racionalidades sobre o coletivo, sobre o público. Esse olhar é um componente essencial nas pesquisas relacionadas à gestão social neste próximo período.

Ao concluirmos essa reflexão fica evidente a necessidade de aprofundamento da relação, dentro dos estudos críticos, dos estudos relacionados à gestão social e suas ligações com a teoria do decrescimento, especialmente por suas provocações em abordagens sobre o desenvolvimento na América Latina e reflexões sobre possíveis modelos de sociedade, que requerem um novo

estilo de desenvolvimento, que tenha como direção, como base, a igualdade e a sustentabilidade.

Além disso, outro campo a ser melhor aprofundado, na perspectiva da multiatorialidade, é uma análise dos discursos dos coletivos surgidos no combate a pandemia, desde os grupos formados para a distribuição de alimentos até os novos movimentos antifascistas e/ou antirracistas, para compreender em que perspectivas entendem o que deve ser desenvolvimento.

Diante desse cenário de pandemia e suas consequências, buscamos contribuir no exercício de nos projetar para os desafios pós-pandemia, que nos exigem não só entender, mas intervir de forma assertiva dentro dos diversos vieses que a academia pode oferecer. São várias as reivindicações do porvir da pandemia, sejam elas culturais, sanitárias, sociais e econômicas. A mudança necessária envolve muito mais que os aspectos econômicos. Envolve uma necessária mudança de paradigma nos hábitos de cada um e que essencialmente promova a equação entre o mercado e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Liliâne Cristine Schlemer. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFPR. Vol. 40, abril 2017.

ARMADA, Charles Alexandre Souza. **A Teoria Do Decrescimento como Alternativa para o Mito do Crescimento Econômico Contínuo.** CECIESA / GESTÃO, 265. Itajaí, 2017

BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Mirando ao Revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas.** Brasília. Publicações da Escola da AGU, 2019.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; PERES, Janaina. Lopes P.; BESSA, Luiz Fernando M. **Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas.** 2019 (no prelo).

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência.** Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DRYZEK John S. **Policy Sciences of Democracy.** Polity, vol. 22, nº 1, 1989, 97– 118. University of Oregon, 1989. Palgrave Macmillan Journals. Acesso em 13/07/2019.

FONSECA, F. **Políticas públicas para além do mainstream** [online]. SciELO em Perspectiva: Humanas, 2016 [viewed 06 May 2020]. Available from: Acesso em 20/06/2020.

GIANELLA, Valeria. **O comum e a Gestão Social do pós-pandemia.** Revista NAU Social. v. 11 n. 20 p 91-99. 2020

LASSWELL, H. D. **The Policy Orientation.** In: LERNER, D.; LASSWELL, H. D. (orgs). *The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method.* Stanford: Stanford University Press, 1951.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do Decréscimo Sereno.** Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes 2009

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **A pandemia põe o decrescimento na ordem do dia: Raízes teóricas de um debate.** Fios do Tempo (Ateliê de Humanidades), 05 de maio de 2020. Disponível em: <https://atelièdehumanidades.com/2020/05/05/fios-do->

tempo-a-pandemia-poe-o-decrescimento-na-ordem-do-dia-raizes-teoricas-de-um-debate-pro-eliminar-p-do-nascimento/

PANOSSO, Carlos Eduardo. ; BESSA, Luiz Fernando Macedo. **El Sumak Kawsay no Equador: Alternativa para ou ao desenvolvimento? Um relato etnográfico da mentalidade Buen Vivir como movimento de resistência.** GIGAPP Estudios Working Papers, v. 7, p. 174, 2020.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do**

pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados da Universidade de Brasília (PPGDSCI/CEAM/UnB) sob orientação de Luiz Fernando Macedo Bessa e coorientação de Rosana de Freitas Baulosa – Brasília, 2020.

SOUSA SANTOS. Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra. Almedina, 2020.